



LABORATÓRIO NACIONAL  
DE ENGENHARIA CIVIL

DEPARTAMENTO DE EDIFÍCIOS  
Núcleo de Ecologia Social

Proc. 0804/72/16343

## **IMIGRAÇÃO, DIVERSIDADE ÉTNICA E ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DO PRECONCEITO**

Estudo realizado para o Ministério da Administração  
Interna no âmbito do projecto Metrópoles Seguras –  
Bases para Uma Intervenção Multisectorial nas Áreas  
Metropolitanas de Lisboa e do Porto

Lisboa • Janeiro de 2010

**I&D** EDIFÍCIOS

**RELATÓRIO 25/2010 – NESO**



# **IMIGRAÇÃO, DIVERSIDADE ÉTNICA E ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DO PRECONCEITO**

## **RESUMO**

O presente relatório corresponde a um dos blocos temáticos desenvolvidos pelo Núcleo de Ecologia Social no âmbito do projecto *Metrópoles Seguras*, ao abrigo do protocolo de colaboração entre o LNEC e o MAI. Este trabalho apresenta uma resenha sobre imigração e diversidade étnica e sobre os modelos da Psicologia Social mais significativos na identificação de estratégias cognitivas eficazes na redução do preconceito étnico.

# **IMMIGRATION, ETHNIC DIVERSITY AND STRATEGIES FOR PREJUDICE REDUCTION**

## **SUMMARY**

This report presents one of the thematic dimensions addressed within *Safe Metropolis* research project by the Social Ecology Division regarding the established collaboration agreement between LNEC and the Internal Affairs Ministry. A literature review on the topic of immigration and ethnic diversity is presented as well as an assemblage of the most significant models from Social Psychology on prejudice reduction and intergroup relations.



# IMIGRAÇÃO, DIVERSIDADE ÉTNICA E ESTRATÉGIAS DE REDUÇÃO DO PRECONCEITO

## ÍNDICE GERAL

1. Nota introdutória .....	1
2. Imigração, diversidade e convivência inter-étnica .....	2
3. Manifestação do preconceito étnico na infância .....	7
4. O contributo da Psicologia Social na mitigação do risco de discriminação étnica .....	11
4.1 <i>A Hipótese do Contacto</i> .....	11
4.2 <i>A Teoria da Identidade Social</i> .....	12
4.3 <i>Os modelos de redução da discriminação intergrupala</i> .....	14
4.3.1. O modelo da Identidade Endogrupal Comum .....	14
4.3.2. O Modelo da Dupla Identidade .....	16
5. “Antes que seja tarde”: Pressupostos para uma intervenção precoce em contexto educativo .....	18
Referências bibliográficas .....	22



## **1. Nota introdutória**

---

O presente relatório é parte integrante da documentação produzida pelo LNEC no âmbito da actividade de investigação-acção e consultoria desenvolvida para o Ministério da Administração Interna sob a égide do projecto “Metrópoles Seguras – bases para uma intervenção multisectorial nas Áreas Metropolitanas de Lisboa e do Porto”.

Este projecto, que decorreu entre Janeiro de 2006 e Maio de 2007 e foi coordenado pelo Dr. Paulo Machado, enquadrou-se na actividade de consultoria técnico-científica prestada por este Laboratório do Estado ao Governo, através de uma interlocução mais directa com o Gabinete do Ministro de Estado e da Administração Interna.

Entre os objectivos deste projecto, encontrava-se a criação da dimensão conceptual de análise, com a qual se apresentou e justificou o modelo de análise gizado, o que pressupôs a produção de textos que cobriam domínios estruturantes da análise efectuada neste projecto, designadamente, a etnicidade, a discriminação e imigração, e os modelos teóricos da Psicologia Social que abordam as relações intergrupais em geral, e a questão da redução do preconceito étnico em particular.

## **2. Imigração, diversidade e convivência inter-étnica**

---

A ocorrência de intensos fluxos migratórios com destino à Europa deu origem a novos padrões de convivência entre grupos culturais distintos (sociedades multiculturais), onde fenómenos psicossociológicos como o preconceito e a discriminação ganharam relevo nas agendas políticas nacionais e europeia.

Desde a independência das actuais ex-colónias que Portugal tem sido o palco de numerosas entradas de estrangeiros, em que os cidadãos dos países africanos de língua oficial portuguesa continuam a ser os mais representados. Se atendermos à evolução do volume de entradas no País entre 2001 e 2004 verificamos que, durante esse período, Portugal acolheu cerca de 450 mil cidadãos, num registo de escalada permanente. Em 2004, 46% das autorizações de residência atribuídas referiam-se a cidadãos dos PALOP (Cabo Verde, Angola, Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, e Moçambique) (Alto Comissariado para a Imigração e Minorias Étnicas, 2005). Segundo uma análise retrospectiva efectuada por Rebelo (2000), dos 110 400 nascimentos registados em Portugal em 1996, 7 420 tinham pai ou mãe estrangeiro. Desde 1981, ano em que a lei portuguesa autorizou a aquisição de dupla nacionalidade, que o número de naturalizações permanece baixo (0,1 milhares no período 1993-96). Os casamentos mistos registados em 1996 representam apenas 2,0% do total de casamentos nesse ano, sendo a maioria deles realizados entre mulheres portuguesas e homens estrangeiros. Segundo Malheiros (2003), entre a segunda metade dos anos 80 e finais dos anos 90, as comunidades imigrantes, nomeadamente as africanas, fixaram-se essencialmente na Área Metropolitana de Lisboa (AML), em condições de habitabilidade residencial precárias, no decurso de uma série de investimentos públicos e privados, donde facilmente se entende que a AML tenha capitalizado quer a maioria das chegadas de estrangeiros menos



escolarizados oriundos de países da África lusófona, quer imigrantes mais escolarizados do Leste Europeu.

Nos últimos 15 anos, a política portuguesa sobre a regulação dos movimentos de população focou a sua atenção na defesa dos direitos e na integração social das populações estrangeiras residentes em Portugal, numa lógica de aproximação e equidade legislativa com os países parceiros da União Europeia. Tal como noutros países de imigração de longo-termo, um dos pontos importantes da política portuguesa, nesta matéria, é o de procurar controlar mais eficazmente as entradas e saídas do país (nos termos do acordo de Schengen), tentando assim prever e adequar os movimentos migratórios em solo nacional.

As sociedades multiculturais foram definidas pela Comissão Europeia contra o Racismo e a Intolerância como o produto da coexistência de diferentes culturas, grupos nacionais, étnicos e religiosos num mesmo território, mas não necessariamente em contacto uns com os outros; em que a diferença é frequentemente encarada de forma negativa, servindo de justificação para a discriminação. Em 1995, a Comissão Europeia elaborou uma significativa campanha (“Todos diferentes – Todos Iguais”), a qual defendia a necessidade de se transformarem as sociedades multiculturais em sociedades interculturais, onde diferentes culturas, grupos nacionais, étnicos e religiosos partilham um território, estabelecem interações abertas, reconhecem mutuamente os seus valores e modos de vida, e onde se desencadeiam processos de tolerância activa e de manutenção de relações equitativas.

O contacto entre grupos nacionais e imigrantes tornou-se visível em diversos contextos, nomeadamente, nos contextos laborais, habitacionais e educativos.

No entanto, esses cenários de convivência e de contacto nem sempre se têm caracterizado por relações harmoniosas entre os grupos. Ainda hoje, e apesar das várias medidas e políticas se orientarem no sentido da minimização de comportamentos de discriminação, a realidade continua a ser dura e de um

desfavorecimento notório para quem é diferente, seja essa diferença cultural, étnica, religiosa ou de orientação sexual.

Um estudo realizado recentemente em Portugal com jovens e adultos africanos (ou de descendência africana) e ciganos residentes nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto (Rebelo e Pereira, 2002) procurou identificar o papel do habitat na inserção social destas populações.

A parcela deste estudo referente às trajectórias identitárias dominantes de residentes em bairros de realojamento e de habitação degradada foi conseguida a partir da valorização positiva e negativa na atribuição de significado a valores, atitudes, práticas e comportamentos ao próprio grupo étnico e ao grupo maioritário. Do confronto entre estas duas avaliações resultou a construção de uma tipologia identitária, inspirada na proposta de Nimmi Hutnik (1991), onde a aculturação – que significa a adesão simultânea a valores, normas e regras do grupo étnico de pertença e da sociedade de acolhimento/grupo maioritário – surge como a principal estratégia identitária em africanos e ciganos.

O estado de dissociação, caracterizado por uma forte e positiva identificação ao próprio grupo étnico, mas também pela expressão de dificuldades na adesão a características identitárias do grupo maioritário/sociedade de acolhimento, é a segunda tipologia mais frequente, e encontrava-se em ambos os grupos étnicos (africanos e ciganos), sobretudo nos africanos que residiam em Lisboa em bairros de realojamento e nos ciganos que residiam no Porto.

Como vimos, as trajectórias identitárias destes dois grupos eram marcadas pela existência de uma dicotomia entre a aculturação e o estado de dissociação, o que nos remetia para uma questão a que era preciso estar atento, na medida em que ela traduzia uma oscilação entre ajustamento e desajustamento social. O facto de grande parte dos estados de dissociação se encontrarem nos homens africanos e ciganos indiciava que a promoção habitacional não havia auxiliado uma aproximação ao grupo maioritário. Em termos de desajustamento social, colocava-se a hipótese de este estado

remeter para um risco social marcante, na medida em que parecia traduzir um afastamento claro em relação ao grupo maioritário/sociedade de acolhimento e um fechamento no seu grupo de referência, em particular no caso dos jovens.

Os aspectos negativos salientados na avaliação do próprio grupo colocavam a população africana a mostrar-se preocupada com o comportamento da chamada segunda geração, geração essa tantas vezes associada a problemas de delinquência, insegurança e conflitualidade urbana. Por fim, no que se refere à leitura que estes grupos fazem dos “portugueses”, foram identificados dois discursos: um positivo, ligado ao sucesso profissional e escolar que reconhecem nos portugueses, e um negativo, centrado no reconhecimento de uma sociedade etnicamente preconceituosa e fomentadora de discriminação.

Relativamente ao contexto educativo em que estes grupos se encontram, e apesar da crescente diversidade étnica que caracteriza grande parte das escolas da área metropolitana de Lisboa, não é claro de que forma as políticas oficiais de integração se adequam às expectativas dos diferentes grupos de imigrantes e às suas próprias estratégias para lidar com a discriminação.

As mutações dos padrões de convivência e de relacionamento entre diferentes culturas e grupos étnicos exigem uma interpretação e análise mais profundas da temática das relações de cooperação e conflito entre grupos.

O interesse em abordar a configuração do relacionamento inter-étnico na infância encontra-se estreitamente ligado a uma ideia de mudança social. Mais do que tratar as relações entre grupos, tomamos como ponto de partida a preocupação de conhecer estes fenómenos precocemente, de forma a se poder intervir antes que a discriminação e o preconceito étnico encontrem terreno fértil para a sua expressão ou, se preferirmos, “antes que seja tarde”. Esta ideia de precocidade da intervenção em contextos educativos, entre outros, constitui uma das pedras basulares deste projecto. Especificamente, encaminha-nos para a necessidade da intervenção em contexto educativo, dado que a escola é, sem dúvida, um dos primeiros cenários de socialização e é

precisamente um dos contextos onde as crianças são confrontadas com o desafio da convivência e contacto entre grupos etnicamente diferenciados.

Embora o preconceito nas crianças possa não ser tão hostil ou intencional como nos adultos ou adolescentes, a verdade é que não é menos nocivo para quem o detém e, principalmente, para quem é alvo dessa discriminação. As vantagens de identificar a forma ou as formas de redução do preconceito nas crianças prendem-se, por um lado, com as potencialidades do precoce desenvolvimento de relações intergrupais e interpessoais mais harmoniosas e, por outro, com o facto de as crianças sofrerem grandes mudanças na maturação das competências cognitivas, sociais e emocionais, havendo assim uma esperança de que as suas atitudes e comportamentos étnicos sejam, também eles, mutáveis. Desta forma, pode contribuir-se para a substituição da utilização do preconceito por uma capacidade de integração da diversidade, tão necessária nas actuais sociedades.

### **3. Manifestação do preconceito étnico na infância**

---

*When you are a small child you first do not feel that you are different from the others. But soon the others will make you feel different - and children too can be very cruel in their behaviour against the "strange child".*

Comissão Europeia de Luta contra o Racismo e a Intolerância

A investigação até hoje realizada no domínio do conflito e cooperação intergrupais tem sido, em larga medida, dominada pela análise de modelos teóricos em populações adultas e/ou adolescentes, sendo pertinente questionar a sua eficácia em camadas etárias mais jovens, nomeadamente, em crianças.

A literatura sobre a génese do preconceito étnico refere, de forma consensual, a possibilidade de detecção de comportamentos de discriminação étnica/racial em crianças a partir dos três anos de idade (Aboud, 1988). O preconceito, aqui definido como uma predisposição organizada para responder de forma desfavorável a determinados indivíduos devido ao reconhecimento da pertença destes a grupos étnicos diferentes do grupo étnico de referência/pertença implica, segundo Aboud (1988), a presença de três componentes distintas associadas ao conceito de preconceito: 1. a avaliação negativa ou desfavorável dos membros de determinado grupo étnico, 2. a generalização dessa avaliação negativa a todas as pessoas que compõem o grupo e, 3. a predisposição para reagir negativamente em relação a esses indivíduos.

O facto de as crianças demonstrarem o seu preconceito ao nível das avaliações que produzem acerca de grupos diferenciados do seu próprio grupo (Clark & Clark, 1947) implica que estas possuem a capacidade de identificar correctamente as diferentes etnias e de organizar os indivíduos em função do reconhecimento e da atribuição de comportamentos e atitudes específicas a esses indivíduos, sob o primado da diferenciação étnica.

Vários autores têm demonstrado que as crianças desde cedo apresentam a capacidade de arrumar fotografias e outros materiais pictóricos em função da categorização étnica, bem como sob a matriz de outro tipo de categorizações como a idade, o sexo e a inscrição socio-económica (Williams & Moreland, 1976; Yee & Brown, 1994; Brown, 1995).

Também Piaget e Weil (1951) demonstraram a aquisição de competências de categorização nos trabalhos que desenvolveram sobre o conceito de nação em crianças. Estes autores defendem que o desenvolvimento da noção de nacionalidade e, conseqüentemente, o desenvolvimento de atitudes em relação a outras nações envolve um processo de desenvolvimento simultaneamente cognitivo e afectivo. Ao observarem crianças de 7 anos de idade, verificaram que, por um lado, estas possuíam uma compreensão limitada e de certa forma confusa do próprio país e que, por outro, não baseavam os seus sentimentos a respeito de diferentes países em factos de natureza geográfica ou histórica, classificando-os positiva ou negativamente, mesmo antes de terem informação precisa sobre eles.

Também Bigler e colegas (Bigler, Jones e Lobliner, 1997) se debruçaram sobre a formação das atitudes intergrupais nas crianças, empregando o paradigma dos grupos mínimos. Os resultados indicaram que a distribuição aleatória das crianças em grupos vazios de significado (não étnicos) despoletou um favoritismo endogrupal, independentemente da idade e do sexo das crianças participantes. Comparadas com o grupo de controlo, as crianças não manifestavam vontade em mudar de grupo, achavam que o seu grupo tinha

mais possibilidade de ganhar jogos e escolhiam mais os membros do próprio grupo para participar em actividades.

Nesdale e Flessner (2001), ao estudarem o desenvolvimento de atitudes em crianças, a partir da teoria da identidade social, demonstraram que as crianças a partir dos 5 anos já apresentam diferenças entre o estatuto do seu próprio grupo (endogrupo) e o outro e que estas diferenças exerciam um impacto sobre as atitudes intergrupais. Quando as crianças acreditavam que era possível mudar de grupo (mobilidade social), as que pertenciam a grupos de baixo estatuto desejavam mudar com mais frequência do que as de grupos de elevado estatuto. Além disso, as crianças de grupos de alto estatuto consideravam-se mais semelhantes ao seu grupo de referência do que aquelas de baixo estatuto. Por outro lado, quando a possibilidade de mobilidade social estava posta de parte, as crianças de baixo estatuto percebiam-se como mais semelhantes ao próprio grupo do que aquelas de elevado estatuto. Os autores afirmam ainda que o reconhecimento da impossibilidade de mobilidade social juntamente com a aquisição da constância racial e a recente ênfase no orgulho étnico contribuem para a crescente aceitação da identidade racial de crianças mais velhas de grupos minoritários.

No que se refere às manifestações de preconceito étnico a literatura refere que a idade e o estatuto que os grupos recebem em sociedade são ícones importantes na definição de atitudes e comportamentos étnicos infantis, conduzindo a resultados diferenciados entre crianças de várias idades e pertencentes a grupos etnicamente majoritários e minoritários. Assim, verifica-se que as crianças de grupos majoritários, com idades compreendidas entre os 3 e os 7 anos, evidenciam uma clara preferência por objectos representativos do seu próprio grupo (Clark & Clark, 1947) e avaliam de forma mais favorável as crianças do seu grupo. Este enviesamento a favor do endogrupo (favoritismo endogrupal) vai aumentando até aos 7 anos, altura em que se começa a assistir a uma redução gradual do preconceito, e em que ressalta um menor grau de atracção pelos membros do próprio grupo e,

consequentemente, uma maior valorização por membros de outros grupos étnicos.

Os resultados que dizem respeito a crianças de grupos minoritários apontam em sentidos diferentes. Antes dos 7 anos de idade o padrão de respostas destas crianças apresenta-se menos homogêneo que o das crianças de grupos majoritários, não se verificando, quer uma preferência tão marcada pelo grupo de pertença, quer uma rejeição do exogrupo, o que poderia estar associado ao fenómeno da desvalorização do grupo próprio, já demonstrado por numerosos estudos com crianças de grupos minoritários ou desfavorecidos (Jahoda e Thomson, 1970). A partir dos 7 anos as crianças começam a manifestar atitudes mais neutras, ou até mesmo negativas, pelos membros dos grupos majoritários (Aboud, 1988).



## **4. O contributo da Psicologia Social na mitigação do risco de discriminação étnica**

---

As teorias das relações intergrupais são um dos temas mais fortes da Psicologia Social, em particular da Psicologia Social Europeia, cujo percurso é frequentemente ancorado em dois grandes pólos, o da influência social, associado ao nome de Serge Moscovici, e o dos processos intergrupais, ligado aos trabalhos de Henri Tajfel. A Teoria da Identidade Social, desenvolvida por Tajfel em 1978, constitui um dos marcos da investigação psicossocial que domina, até aos dias de hoje, os estudos e as teorias produzidos no campo das relações intergrupais. São exemplo disso o conceito de identidade social, a análise teórica e metodológica da discriminação intergrupar e o desenvolvimento de estratégias de redução do preconceito e da discriminação racial e étnica.

### **4.1 A Hipótese do Contacto**

Um dos grandes contributos teóricos da Psicologia Social para a compreensão da génese/formação dos conflitos intergrupais, e da sua resolução, foi a obra de Gordon Allport “A Natureza do Preconceito” (1954). O autor elaborou uma das primeiras abordagens sistematizadas da problemática da formação do preconceito, definido como “atitudes adversas ou hostis em relação a uma pessoa que pertence a um grupo, simplesmente porque pertence a esse grupo” (Allport, 1954, p. 7). O preconceito era, segundo o autor, fruto da generalização ou categorização, e da hostilidade errónea, que caracterizam o processamento cognitivo normal do indivíduo.

Ao longo dos últimos 50 anos, a Hipótese do Contacto tem guiado grande parte dos modelos psicossociais desenvolvidos para a redução do preconceito e conflito intergrupais. A proposta original do autor apoiava-se num pressuposto teórico muito simples, originário do estudo das relações

interpessoais: o de que a atracção interpessoal é fruto do grau de semelhança percebido entre os indivíduos, sendo que o contacto entre membros de diferentes grupos permitiria que os indivíduos constatassem a presença de algumas semelhanças com os outros, o que facilitaria a compreensão mútua. Allport definiu ainda três factores que, segundo ele, facilitariam a percepção de semelhança durante o contacto e seriam decisivos para a sua eficácia na redução do conflito/discriminação intergrupar: a existência de igualdade de estatuto dos membros dos grupos no contexto de contacto, já que a percepção de igualdade facilitaria a atracção e reduziria os preconceitos negativos; a comunalidade de objectivos dos grupos, ou seja, o contacto teria necessariamente de se traduzir numa tarefa cooperativa entre estes, de forma a alcançar um objectivo comum, o que facilitaria a percepção de semelhanças entre si; e ainda a existência de apoio institucional e social envolvente. Se o contacto fosse sancionado institucionalmente, o seu efeito seria potenciado, uma vez que a existência de normas sociais externas que regulem as atitudes face ao outro grupo, e que favoreçam a cooperação, são fundamentais.

## **4.2 A Teoria da Identidade Social**

A Teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1979) propõe que o comportamento intergrupar é resultado dos processos de categorização, comparação e identificação social, e que a necessidade que os indivíduos têm de desenvolver uma identidade positiva pode ser alcançada através da pertença a determinadas categorias ou grupos sociais prestigiados. As comparações sociais com outros grupos em dimensões valorizadas promovem o estabelecimento de hierarquias de estatuto entre os grupos, sendo que comparações favoráveis conferem ao endogrupo um estatuto elevado e contribuem para a manutenção de uma identidade social positiva. Já comparações sociais desfavoráveis ao endogrupo conduzem a uma situação de baixo estatuto e, conseqüentemente, a uma insatisfação com a identidade social. Esta assimetria de estatuto é eminentemente cognitiva, visto que implica o reconhecimento pelos grupos dessas diferenças. A percepção da legitimidade das diferenças de estatuto tem um impacto profundo nas atitudes

e comportamentos intergrupais. Um reflexo dessa influência é o aumento dos conflitos quando o estatuto do endogrupo é percebido como ilegitimamente baixo.

A identidade social, ou conhecimento e valorização da pertença a uma categoria social, implica a inclusão do próprio numa categoria social, e subsequente comparação social com outras categorias, de forma a alcançar uma diferenciação positiva face aos outros e, por si só, pode conduzir ao desenvolvimento de discriminação/enviesamento intergrupais (Tajfel, 1978).

O facto de se categorizarem os indivíduos como membros do endo- e não do exogrupo leva a um favorecimento endogrupal, que passa por uma maior atribuição de recursos, por uma diminuição da distância psicológica e facilitação do surgimento de empatia e de comportamentos pró-sociais em relação aos seus membros, por um maior detalhe na retenção de informação acerca dos membros do endogrupo e por uma maior atribuição interna perante sucessos ou resultados positivos (Gaertner & Dovidio, 2000).

Estes enviesamentos cognitivos decorrentes da categorização social perpetuam os estereótipos e a discriminação intergrupais. A categorização social pode, então, iniciar o desenvolvimento de enviesamento intergrupais, mas com uma orientação de favorecimento do próprio grupo, e não de prejudicar ou discriminar o exogrupo (Brewer, 1979). O favorecimento endogrupal pode ainda levar ao desenvolvimento de hostilidade e conflito, resultantes da competição intergrupais por determinados recursos (Sherif, Harvey, White, Hood, & Sherif, 1961). Assim, sendo a categorização social o processo base do surgimento do enviesamento intergrupais, é também ela, no quadro desta teoria, a pedra basilar do processo de melhoramento das relações intergrupais.

A Psicologia Social tem procurado redireccionar as potencialidades do processo de categorização, de forma a eliminar ou reduzir o preconceito e discriminação intergrupais. Neste sentido, vários modelos foram

desenvolvidos. Os dois próximos pontos analisam as suas principais contribuições.

### **4.3 Os modelos de redução da discriminação intergrupala**

Nos últimos anos, surgiram quatro abordagens que propõem estratégias distintas para reduzir o enviesamento/discriminação intergrupais e facilitar a integração entre grupos diferentes: o Modelo da Diferenciação Intergrupala Mútua (Hewstone & Brown, 1986), o Modelo da Descategorização (Brewer & Miller, 1984), o Modelo da Identidade Endogrupal Comum (Gaertner, Dovidio, Anastasio, Bachman & Rust, 1993) e o Modelo da Dupla Identidade (Gaertner & Dovidio, 2000). Na raiz destes modelos estão os pressupostos básicos da Teoria da Identidade Social (Tajfel & Turner, 1979), uma vez que todos reconhecem que as pertenças grupais são incorporadas no auto-conceito, que as identificações sociais têm consequências significativas no comportamento dos indivíduos e que, num contexto de contacto intergrupala, onde as pertenças estão salientes, estes tendem a sobrestimar as diferenças entre os grupos e as semelhanças intragrupalas, estando fortemente motivados para se diferenciarem positivamente dos outros. No entanto, as divergências surgem relativamente aos processos através dos quais o contacto intergrupala melhora as relações entre os grupos, e sob que condições os seus efeitos positivos se generalizam para além da situação específica de contacto.

#### *4.3.1. O modelo da Identidade Endogrupal Comum*

Este modelo surge nos finais da década de 80 com uma especificidade decorrente da Teoria da Identidade Social (Tajfel, 1978) e da Teoria dos Conflitos Realistas (Sherif *et al.*, 1961). Deriva essencialmente da abordagem da categorização social ao comportamento intergrupala, na medida em que a formação de grupos aproxima os membros do endogrupo do próprio, enquanto os membros do exogrupo não sofrem qualquer alteração (Tajfel & Turner, 1979), e o enviesamento intergrupala é frequentemente encarado como

uma forma de favoritismo do próprio grupo e não tanto uma depreciação voluntária do outro grupo (Brewer, 1979).

O modelo propõe que o preconceito e a discriminação intergrupais podem ser reduzidos através da manipulação de factores que transformem as representações cognitivas que os membros dos grupos têm acerca das suas pertenças grupais, de dois grupos (categorização) para um único grupo. Segundo Gaertner e colegas (1993), é esta mudança na percepção das fronteiras dos grupos que permite redireccionar os processos cognitivos e emocionais que primeiramente contribuem para o enviesamento, criando assim relações intergrupais mais harmoniosas. É a indução, em ambos os grupos, da diluição das suas fronteiras, com o objectivo de se percepcionarem como partes integrantes de um todo (recategorização), que reduz ou elimina totalmente o preconceito (Gaertner *et al.*, 1993).

As condições especificadas na Hipótese do Contacto (Allport, 1954; Amir, 1969; Pettigrew, 1971; Cook, 1978), como a igualdade de estatuto, a interdependência cooperativa e a existência de normas sociais de suporte, são necessárias para a redução do enviesamento, na medida em que contribuem para a transformação das representações das pertenças, de grupos separados, para um único grupo, mais inclusivo (Gaertner, Dovidio, & Bachman, 1996). Com o objectivo de reduzir o preconceito e a discriminação intergrupais o modelo propõe uma estratégia de recategorização. A recategorização não pretende a eliminação das fronteiras categoriais, mas antes a reestruturação da definição de grupo, com um grau de inclusividade mais elevado. A premissa de base é de que, se os membros dos diferentes grupos forem induzidos a conceberem-se como membros de um único grupo, as atitudes face ao exogrupo tornar-se-ão mais positivas. Deste modo, os novos membros do endogrupo (recategorizado, que inclui o exogrupo inicial) vão beneficiar de distribuições de recompensas mais generosas, de avaliações mais positivas, de um maior número de comportamentos de ajuda e outros comportamentos pró-sociais, de mais atribuições situacionais para explicar o insucesso, de mais

atribuições pessoais para justificar o sucesso, e ainda de um processamento de informação mais preciso (Gaertner & Dovidio, 2000).

O processo de recategorização proposto pelo modelo pode ser alcançado pelo aumento da saliência de uma pertença grupal supraordenada comum, ou pela introdução de novos factores (e.g. tarefas comuns) que são percebidos como sendo partilhados pelos membros de ambos os grupos. Contrariamente à categorização, que segundo os autores reforça as fronteiras grupais existentes e consequentemente mantém ou aumenta o nível de enviesamento intergrupalo dos indivíduos em situação de contacto, a representação do agregado como um único grupo reduz ou elimina o enviesamento. A recategorização num único grupo reduz o enviesamento ao produzir orientações mais positivas face aos membros do exogrupo, ou seja, ao aumentar a proximidade entre estes e o próprio sujeito (Gaertner, Mann, Murrell, & Dovidio, 1989; Gaertner, Mann, Dovidio, Murrell & Pomare, 1990; Gaertner *et al.*, 1993).

#### *4.3.2. O Modelo da Dupla Identidade*

O desenvolvimento de uma identidade endogrupal comum não implica necessariamente que cada grupo abandone totalmente a sua identidade inicial, menos inclusiva. A representação cognitiva de dois subgrupos dentro de um grupo supraordenado, ou seja a dupla identidade, permite que os membros dos dois grupos se concebam como dois grupos distintos que partilham uma identidade supraordenada comum. A dupla identidade pode ser a estratégia mais eficaz para a redução do enviesamento, em condições em que as identidades dos subgrupos são reconhecidas, valorizadas e associadas positivamente à identidade grupal supraordenada. Esta representação cognitiva do agregado, apesar de mais complexa que a recategorização num único grupo, é também um mecanismo muito promissor no que respeita à generalização dos efeitos positivos ao exogrupo como um todo, já que envolve o reconhecimento de uma ligação (identidade grupal supraordenada) e simultaneamente de uma diferença das identidades originais. A dupla identidade activa e redirecciona o enviesamento endogrupal, melhorando as

atitudes face aos membros do exogrupo original presentes, enquanto que a saliência simultânea das identidades originais permite manter uma ligação associativa, para que estas atitudes positivas se generalizem a outros membros não presentes do exogrupo (Gaertner & Dovidio, 2000).

Teoricamente, a dupla identidade pode ser mais facilmente generalizável a outros membros da categoria, devido aos laços associativos que se mantêm com a identidade grupal original. Esta hipótese propõe então que o equilíbrio entre as identidades é um factor crucial para que a generalização ocorra.

## **5. “Antes que seja tarde”: Pressupostos para uma intervenção precoce em contexto educativo**

---

A investigação recente sobre a adaptação dos modelos da Identidade Endogrupal Comum e da Dupla Identidade à infância veio demonstrar a sua eficácia na redução do preconceito inter-étnico quando crianças portuguesas interagem com crianças portuguesas de descendência africana (Rebelo, 2005; Gaertner, Dovidio, Guerra, Rebelo, Monteiro, Riek & Houlette, 2008; Monteiro, Guerra & Rebelo, 2009). Os principais resultados destes estudos demonstraram que o modelo da Dupla Identidade foi eficaz a reduzir o enviesamento intergrupar nos grupos de elevado estatuto étnico (crianças portuguesas) em relação aos alvos de baixo estatuto (origem africana), enquanto que tanto a Identidade Endogrupal Comum como a Dupla Identidade se revelaram eficazes na redução do enviesamento intergrupar em crianças de descendência africana.

A diferenciação da eficácia destas estratégias identitárias em crianças de origem portuguesa e de descendência africana pode ser explicada, em parte, devido ao contexto específico de inserção das minorias africanas em Portugal. Para estes grupos em concreto, a criação de uma identidade endogrupal comum veiculada através da categoria “portugueses” parece surgir como uma estratégia confortável, menos ameaçadora e menos estigmatizante para a identidade social dos membros de grupos de baixo estatuto. Através da criação de uma categoria mais inclusiva – portugueses – as crianças podem sentir-se mais próximas dos membros de elevado estatuto étnico, como podem também reduzir melhor o nível de enviesamento intergrupar que apresentam em relação às crianças portuguesas. Consequentemente, a necessidade de semelhança (Identidade Endogrupal Comum) pode, nesta fase do desenvolvimento, ser uma questão tão importante como a manutenção da



diferenciação entre os grupos (Dupla Identidade), numa estratégia que se deseja de integração na actual sociedade portuguesa (Monteiro, Guerra e Rebelo, 2009).

Para as crianças portuguesas, a estratégia da Dupla Identidade parece, ao contrário das de origem africana, assegurar a preservação de algum grau de distintividade em relação aos grupos de baixo estatuto, ao mesmo tempo que lhes possibilita a manutenção simbólica do estatuto de dominância do seu grupo.

Muito embora estes resultados sugiram que os factores culturais e históricos podem desempenhar um papel moderador na eficácia destas duas formas de relacionamento intergrupar – identidade endogrupal comum ou dupla identidade – na redução do preconceito, eles ilustram bem que o estudo da especificidade e da adaptação destes modelos a faixas etárias anteriores à idade adulta constitui um ponto fundamental e incontornável na definição de intervenções de sucesso na redução do preconceito.

Uma outra questão abordada pela investigação refere-se à demonstrada capacidade de generalização destes modelos para outras situações de contacto entre os grupos (Rebelo, 2005; Rebelo, 2006) e ao longo do tempo (Guerra, Rebelo e Monteiro, 2005). Referimo-nos, especificamente, ao contexto escolar mais alargado e ao contexto residencial. De facto, a possibilidade de se generalizarem atitudes positivas para grupos/participantes com quem não se interage directamente remete-nos, precisamente, para a importância da ligação entre os cenários de desenvolvimento em que estas crianças participam. A estabilidade temporal demonstrada por estes modelos vem, a par com a capacidade de transposição contextual, acrescentar uma mais valia fundamental, na medida em que os resultados destas estratégias, quando avaliados ao longo do tempo, evidenciaram os mesmos resultados positivos obtidos na situação de contacto directo entre os grupos.

Finalmente, uma outra questão surge com este resultados – a importância que o território ocupa no entendimento de fenómenos como o da mitigação do

---

risco de discriminação étnica. De facto, a transposição dos efeitos positivos da situação de contacto para situações de contacto indirecto, como foi o caso do contexto escola e, principalmente, do contexto bairro, leva-nos a considerar duas possibilidades interessantes. Em primeiro lugar, que podemos actuar “à distância”, ou seja, temos garantido que a intervenção directa tem consequências que extravasam o contexto imediato destas crianças. Por outro lado, sabemos que a transposição entre cenários é sobretudo territorial, na medida em que os benefícios se estendem a outros territórios percorridos por estas crianças, sejam elas de grupos minoritários, sejam de grupos dominantes na sociedade em que se inscrevem.

Considerando o acima dito, o objectivo último desta investigação é uma útil tradução das propostas teóricas de redução do preconceito étnico em programas de intervenção educativa. O grande desafio que agora se coloca é articular as vantagens destas intervenções em contexto escolar com a investigação realizada em contextos controlados, onde é vital um fortalecimento da parceria entre investigadores, agentes educativos e pais.

O presente parágrafo anuncia os contornos gerais de uma proposta piloto de intervenção educativa com vista à redução do preconceito inter-étnico na infância, a qual decorreu entre Outubro e Dezembro de 2006 numa escola pública do 1.º ciclo da área metropolitana de Lisboa. Assim, e não obstante o ainda carácter indicativo desta proposta, propusemo-nos contribuir para a melhoria das relações entre grupos etnicamente diferenciados (crianças portuguesas e de origem africana), onde se procurou testar os benefícios dos modelos da identidade endogrupal comum e da dupla identidade. Assim, o total de turmas do 4.º ano de escolaridade da escola seleccionada foi equitativamente dividido em três grupos (um grupo de controlo e dois grupos experimentais), e desenvolveram tarefas extracurriculares semanais, segundo as duas configurações de interacção grupal. Desta forma, um terço dos alunos foi reunido num único grupo onde a categoria supraordenada estava activada (identidade endogrupal comum). Outro terço de alunos foi reunido numa equipa formada por dois subgrupos categorizados a partir da matriz étnica

(dupla identidade) e o último terço foi constituído como grupo de controlo. Todos os grupos foram sujeitos a três momentos de avaliação (início, meio e fim do período de intervenção) que integrou as seguintes medidas: 1) avaliação do preconceito étnico, 2) grau de proximidade/distância que demonstravam em relação aos membros de cada grupo étnico (o seu próprio grupo étnico e o outro grupo), 3) bem-estar percebido no decorrer das actividades realizadas. A análise estatística dos dados permitiu a demonstração do grau de eficácia de cada um dos modelos na redução do enviesamento intergrupar, bem como a identificação dos factores que marcavam e/ou determinavam a melhoria das relações inter-étnicas na infância/pré-adolescência naquele grupo de crianças alvo de intervenção em contexto educativo.

Lisboa e Laboratório Nacional de Engenharia Civil, em Janeiro de 2010.

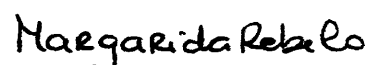
**VISTO**

O Chefe do Núcleo de Ecologia Social

  
Marluce Menezes

O Director do Departamento de Edifícios

**AUTORIAS**



Margarida Rebelo  
Psicóloga Social, Investigadora auxiliar



Rita Guerra  
Psicóloga Social

## **Referências bibliográficas**

---

- Aboud, F. E. (1988). *Children and Prejudice*. New York: Basil Blackwell.
- Allport, G. W. (1954) *The nature of prejudice*. Cambridge, MA: Addison-Wesley.
- Amir, Y. (1969) Contact hypothesis in ethnic relations. *Psychological Bulletin*, 71, 319-342.
- Bigler, R. S., Jones, L. C. & Lobliner, D. B. (1997). Social categorization and the formation of intergroup attitudes in children. *Child Development*, 68, 530-543.
- Brewer, M. (1979). Ingroup bias in the minimal intergroup situation: A cognitive-motivational analysis. *Psychological Bulletin*, 86, 307-324.
- Brown, R. (1995). *Prejudice: Its social psychology*. Oxford: Blackwell Publishers.
- Clark, K. B. & Clark, M. P. (1947). Racial identification and preference in Negro children. In T. M. Newcomb and E. L. Hartley (Eds.), *Readings in social psychology* (p. 169-178). New York: Holt.
- Cook, S. W. (1978) Interpersonal and attitudinal outcomes in cooperating interracial groups. *Journal of Research and Development in Education*, 12, 97-113.
- Gaertner, S. L. & Dovidio, J. F. (2000). *Reducing intergroup bias: The common ingroup identity Model*. Philadelphia, PA: Psychology Press.

Gaertner, S. L., Dovidio, J. F. & Bachman, B. A. (1996). Revisiting the Contact Hypothesis: The induction of a common ingroup identity. *International Journal of Intercultural Relations*, 20 (3 & 4), 271-290.

Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Anastasio, P. A., Bachman, B. A. & Rust, M. C. (1993). The common ingroup identity model: Recategorization and the reduction of intergroup bias. *European Review of Social Psychology*, 4, 1-26.

Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Banker, B. S., Houlette, M., Johnson, K. M. & McGlynn, E. A. (2000). Reducing intergroup conflict: From superordinate goals to decategorization, recategorization and mutual differentiation. *Group Dynamics: Theory, Research and Practice*, 4 (1), 98-114.

Gaertner, S. L., Mann, J. A., Dovidio, J. F., Murrell, A. J. & Pomare, M. (1990). How does cooperation reduce intergroup bias? *Journal of Personality and Social Psychology*, 59 (4), 692-704.

Gaertner, S. L., Mann, J. A., Murrell, A. J. & Dovidio, J. F. (1989). Reducing intergroup bias: The benefits of recategorization. *Journal of Personality and Social Psychology*, 57 (2), 239-249.

Gaertner, S. L., Dovidio, J. F., Guerra, R., Rebelo, M., Monteiro, M. B., Riek, B. M. & Houlette, M. A. (2008). The Common Ingroup Identity Model: Applications to Adults and Children. In Levy, S. R. & Killen, M. (Eds). *Intergroup Relations: An integrative developmental and social psychological perspective*, p. 204-219. Oxford: Oxford University Press.

Guerra, R., Rebelo, M. & Monteiro, M. B. (2005). *How does dual identity cognitive representation work? The role of ingroup identification and status legitimacy on the generalisation of positive intergroup attitudes*. European Association of Experimental Social Psychology – XIV General Meeting; Wurtzburg – Germany.

Hewstone, M. & Brown, R. J. (1986) Contact is not enough: na intergroup perspective on the contact hypothesis. In M. Hewstone and R. Brown (Eds), *Contact and conflict in intergroup encounters*. Oxford: Basil Blackwell.

Hutnik, N. (1991). *Ethnic minority identity: a social psychological perspective*. Oxford: Clarendon Press.

Jahoda, G. & Thompson, S. S. (1970). *Ethnic Identity and Preference among Pakistani Inmigrant Children in Glasgow*. University of Strathclyde.

Malheiros, J. M. (2003). Velhas e novas geografias da imigração em Portugal. *Janus 2003 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa.

Monteiro, M. B., Guerra, R. & Rebelo, M. (2009). Reducing prejudice: Common Ingroup and Dual Identity in unequal status intergroup encounters. In S. Demoulin, J.-P. Leyens & J. F. (Eds.) *Intergroup misunderstandings: Impact of divergent social realities*, p. 273 - 290. London: Psychology Press.

Nesdale, D. & Flessner, D. (2001). Social Identity and the Development of Children's Group Attitudes. *Child Development*, 72(2): 506 – 517.

Pettigrew, T. F. (1971) *Racially separate or together?*. New York: McGraw-Hill.

Piaget, J. & Weil, A. (1951). The Development in Children of the Idea of the Homeland and of Relations with Other Countries. *International Social Science Bulletin*, 3, 561-578.

Rebelo, M. & Pereira, A. P. (2002). Trajectórias identitárias das populações africana e cigana nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. *Janus 2002 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa.

Rebelo, M. (2000). Comunidades estrangeiras em Portugal. *Janus 2001 – Anuário de Relações Exteriores*. Lisboa: Público/Universidade Autónoma de Lisboa.

